

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 23ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Mesa da Assembleia
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 31/3/2021

Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Homenagem Póstuma – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.518 e 2.574/2021; os Requerimentos nºs 7.595, 7.614 a 7.617, 7.619, 7.621 e 7.625/2021 – Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão, Delegado Heli Grilo e Doutor Jean Freire; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; discursos do deputado Doutor Jean Freire, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 775/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 1.056 e 1.933/2019; aprovação – Requerimento nº 3.162/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimento nº 3.163/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimento nº 3.164/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimento nº 3.204/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimentos nºs 6.499 e 6.961/2020 e 7.513/2021; aprovação – Requerimento nº 7.570/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.580/2021; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique

Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Homenagem Póstuma

O presidente – Coube a esta presidência, com muito pesar, comunicar o falecimento do ex-prefeito de Betim e ex-deputado estadual Ivair Nogueira. A presidência presta as suas condolências à família e determina que seja feito 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.518/2021

Cria o Monumento Natural da Serra da Calçada.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Monumento Natural da Serra da Calçada.

§ 1º – O Monumento Natural da Serra da Calçada localiza-se nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, conforme memorial descritivo constante no Anexo I desta Lei.

§ 2º – A instituição do Monumento Natural da Serra da Calçada objetiva a conservação da natureza e a preservação da beleza cênica e dos sítios naturais singulares da área descrita no Anexo I desta Lei, bem como do seu entorno.

Art. 2º – Compete ao órgão ou à entidade executora do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Seuc:

I – instituir o Conselho Consultivo do Monumento Natural da Serra da Calçada;

II – elaborar e implementar o Plano de Manejo do Monumento Natural da Serra da Calçada.

Parágrafo único – Até que seja implementado o Plano de Manejo do Monumento Natural da Serra da Calçada, não serão admitidas na unidade atividades que possam prejudicar a integridade dos recursos naturais existentes na área.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2021.

Ana Paula Siqueira (Rede).

Justificação: A Serra da Calçada está localizada nos municípios de Brumadinho e Nova Lima. A oeste, margeia Casa Branca estendendo-se até Piedade do Paraopeba, em Brumadinho. A leste, margeia a rodovia BR-040, no trecho entre o bairro Jardim Canadá, Estação Ecológica de Fechos, Bairro Vale do Sol. Em Nova Lima, ao norte, complementa o Parque da Serra do Rola Moça e ao sul, finaliza no ribeirão Piedade e região da Lagoa dos Ingleses.

A área é considerada insubstituível, em face das suas paisagens, da diversidade de fauna e flora e dos recursos hídricos lá existentes. Com vegetação que cresce sobre os campos ferruginosos, a Serra da Calçada possui elevada diversidade e endemismo e espécies de flora nas cangas, campos rupestres – considerados uma das mais raras ocorrências vegetais existentes no Brasil – e um ambiente que ocorre exclusivamente na área do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais: a mata da candeia. Também apresenta grande riqueza e diversidade biológica, abrigando inúmeras espécies de animais e plantas, com algumas espécies de aves, mamíferos e plantas ameaçados de extinção, sendo por isso enquadrada pela Fundação Biodiversitas na categoria de Importância Especial e Extrema para Prioridade de Conservação da Biodiversidade em Minas Gerais.

A Serra da Calçada exerce ainda importante papel no contexto hidrológico da região, uma vez que funciona como região de recarga dos diversos aquíferos ali existentes, tais como o Aquífero Itabirítico, o Aquífero Carbonático e o Aquífero Granular, garantindo água de boa qualidade e própria para o consumo direto.

Em 2013, através do Decreto Municipal nº 5.320 da prefeitura de Nova Lima, foi criado o Monumento Natural da Serra da Calçada (Monasc), que segundo o Plano de Manejo da unidade de conservação, abrange uma área de 585 ha deste território. O Monasc é um exemplo de proteção ambiental e conciliação de usos tradicionais, criando um sentimento de valorização e pertencimento nas comunidades. O presente projeto visa assegurar a criação, nível estadual, desta modalidade de unidade de conservação de proteção integral. Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ana Paula Siqueira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 109/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.574/2021

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os bares, casas noturnas e restaurantes obrigados a adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação de risco nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Estado.

Art. 2º – O auxílio à mulher será prestado pelo empreendimento mediante a oferta de acompanhamento até o carro, outro meio de transporte ou comunicação à polícia.

§ 1º – Serão utilizados cartazes fixados nos banheiros femininos ou em qualquer ambiente do local informando a disponibilidade do empreendimento para o auxílio à mulher que se sinta em situação de iminente risco de sofrer abusos físicos, psicológicos ou sexuais.

§ 2º – Outras estratégias que possibilitem a comunicação eficaz entre a mulher e o empreendimento podem ser adotadas.

Art. 3º – Os funcionários dos empreendimentos previstos nesta lei deverão ser capacitados por meio de treinamentos para agirem conforme estabelece a lei.

Art. 4º – Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente (PT).

Justificação: Este projeto de lei tem como objetivo obrigar os bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco nas dependências desses empreendimentos, garantindo dessa forma a integridade física, moral e psicológica daquelas que se sintam vulneráveis diante de determinada situação de constrangimento ou assédio provocado por terceiros.

Assédio sexual é rotina para mulheres nas festas. Denúncias trazem à luz situações cotidianas que eram mantidas ocultas. Mas a reação deve ir além das redes sociais. Olhares impudicos, contato com o corpo da mulher sem o consentimento, puxões no cabelo, tentativa de agarrar, beijos à força. Sair de casa para uma noite de diversão esbarra, muitas vezes e para muitas mulheres, em assédio sexual.

Foi assim com a universitária Luiza Maropo, que relatou em seu perfil no Facebook o beijo obrigado que sofreu numa boate na praia de Iracema, em Recife, em 2016. A narrativa de Luiza e de tantas outras mulheres é que dão visibilidade a situações que são do cotidiano de mulheres que frequentam a noite. É o machismo que legitima o discurso de posse, a ideia de que a mulher tem de estar disponível. O homem não sente que está fazendo uma coisa errada, ele se sente no direito. Mas não é por ser uma cultura que o machismo é abstrato. Ele se materializa por meio de ações concretas, como o assédio.

Em abril de 2016, Miriam Ruth da Silva Magalhães, estudante de medicina do Cesup havia saído à noite para comemorar a conclusão do curso de graduação com as amigas da faculdade em uma casa noturna. Os familiares contam que a jovem foi agredida fisicamente por um homem que teria ficado insatisfeito diante da falta de interesse da estudante frente ao assédio dele. No processo de investigação, a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis, da Delegacia Geral de Polícia Civil, determinou, que a Deam apurasse o caso, pois se tratava de violência de gênero, independentemente do local onde a mulher foi vítima de violência. Da mesma forma, a Polícia Militar também apurou a postura dos militares que estiveram no estabelecimento comercial na noite do episódio e que supostamente não atenderam a ocorrência de agressão.

A estudante Elzenir de Oliveira, de 24 anos, também relata uma situação constrangedora por que passou em uma boate no Distrito Federal. “Eu fui para o banheiro feminino e do lado tinha o masculino, muito perto. Ao sair, havia um rapaz já meio na porta e pegou no meu braço, puxando para ir para o banheiro masculino. Então, eu puxei meu braço e fiquei com vergonha, fiquei com medo. Saí de lá e fui falar com o segurança, mas ele não deu atenção. Falou que era normal, ‘que isso acontece’” (<https://d.emtempo.com.br>).

No Brasil, mais de 40% das mulheres já sofreram violência doméstica em algum momento da vida e, em 2016, 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida física ou verbalmente. No Mapa da Violência de 2015, que faz comparação com dados de 83 países, o Brasil se encontra na 5ª. posição em assassinatos de mulheres.

Sabe-se que, atualmente, o número de mulheres vítimas de violência é estarrecedor. No Estado de Minas Gerais, são cerca de 82 mil mulheres vítimas de agressão em 2020. Segundo dados da Polícia Civil do Estado, entre 2018 e 2020, um total de 252.373 mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar. Entre janeiro de 2018 e julho de 2020, foram 1.011 vítimas de feminicídio. Em levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP –, entre os meses de março e maio desse ano, em que as medidas de isolamento social estavam mais rigorosas, o número de feminicídios em todo o País aumentou 2,2% em comparação ao

mesmo período do ano passado. A situação de isolamento domiciliar, conforme aponta o próprio documento da FBSP, pode ter obrigado as mulheres a conviverem com seus agressores, o que pode ter dificultado ainda mais o acesso às redes de proteção e aos canais de denúncia.

Durante muitos anos, naturalizou-se a violência contra a mulher, e o feminicídio era visto como um crime passional. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), promulgada há 13 anos, é considerada o marco legal de enfrentamento à violência contra a mulher. Em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que considera crimes cometidos os motivados por questões de gênero, também reforça os instrumentos legais de proteção à mulher.

Nesse contexto, os operadores das instituições que atuam no enfrentamento da violência de gênero têm um discurso afinado com os dispositivos legais, embora as práticas ainda não deem conta de prestar um atendimento integral à mulher e prevenir a ocorrência de novos episódios de violência, independentemente dos espaços.

A legislação por si não é capaz de proteger a vítima, por isso uma ampla rede multidisciplinar de atendimentos se faz necessária. Desse modo, é fundamental que profissionais em atendimento ao público sejam capacitados para atender mulheres em iminentes riscos de violência.

Este projeto de lei trata de medidas simples a serem adotadas pelos administradores desses estabelecimentos. Acreditamos, assim, que não só contribuiremos para dissuadir esses criminosos de agirem como também propiciaremos ambientes mais seguros para que relacionamentos realmente bem-intencionados possam ocorrer, tudo com a finalidade de proteger ainda mais a mulher mineira.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e dos Direitos da Mulher para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.595/2021, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Presidência da República e ao governadoria do Estado pedido de providências para aquisição de vacinas contra a covid-19 e garantia da imunização de todos os mineiros com urgência. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.614/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e civis que atuaram na ocorrência, em 26/3/2021, em Betim, que resultou na prisão de dois suspeitos de envolvimento em ao menos 20 homicídios e na apreensão de um carro e de uma arma calibre 9mm. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.615/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para criação de um comitê de transparência no processo de designação, para acompanhar e fiscalizar as respostas, em tempo ágil, aos problemas envolvendo o processo *on-line* de designação em todo o Estado. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.616/2021, do deputado Repórter Rafael Martins, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a publicação no Diário Oficial do Estado, em 24/3/2021, relativa à contratação do Serviço Social da Indústria – Sesi – para fornecimento de almoço para a diretoria da Cemig. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado André Quintão. Anexe-se ao Requerimento nº 7.604/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.617/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Palácio das Artes pelo seu 50º aniversário. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ione Pinheiro. Anexe-se ao Requerimento nº 7.525/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.619/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Montes Claros, ao Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais da Comarca de Montes Claros, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Defensoria Pública de Minas Gerais da Comarca de Montes Claros e ao Ministério Público Federal em Belo Horizonte pedido de providências para a imunização do restante dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, incluindo terceirizados que estão na linha de frente dos hospitais, com a máxima urgência, haja vista a situação delicada em que se encontra o Município de Montes Claros, conforme boletim epidemiológico de 29 de março de 2021. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.621/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os bancários e bancárias sejam incluídos nos grupos prioritários do processo de imunização contra a covid-19, visto que esses profissionais estão trabalhando diretamente no atendimento à população, com alto risco de contaminação em seus postos de trabalho. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.625/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a inclusão dos policiais federais e policiais rodoviários federais de Minas Gerais no Plano Nacional de Imunização – PNI – contra a covid-19 para os profissionais de segurança do Estado, medida já tomada pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

O deputado André Quintão – Presidente deputado Carlos Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Inicialmente, também queria registrar com muita tristeza, com muito pesar, a morte do colega, do companheiro ex-deputado Ivair Nogueira. Convivi com o deputado Ivair Nogueira cotidianamente, durante muitos anos, na Assembleia Legislativa; um deputado competente, um deputado amigo, leal, comprometido com as boas causas, um companheiro de jornadas. Quem aqui não se lembra – não é? – dos aniversários que o Ivair sempre fez questão de comemorar na hora do almoço, em dias da nossa rotina de trabalho, lá no seu gabinete, sempre com aquela deliciosa leitoa, com sorriso largo, com amigos, com familiares, com os colegas deputados e deputadas; ou do futebol que, de vez em quando, promovia lá em Betim. Ou seja, além do convívio profissional, político, havia também os laços afetivos, e eu fiquei refletindo aqui: 69 anos, uma morte que poderia ser plenamente evitada, assim como milhares no Brasil – e já são mais de 300 mil mortes no Brasil, 23 mil mortes em Minas Gerais –, se a nossa vacinação não estivesse tão lenta. Num outro país do mundo que assumiu a pandemia com responsabilidade, valorizando a ciência, provavelmente não perderíamos tantos amigos, familiares e pessoas próximas, como hoje – tenho certeza –, principalmente para quem conviveu com o deputado Ivair Nogueira, aconteceu.

É importante que façamos essa reflexão neste momento. Hoje o Brasil está desgovernado. Nós temos um presidente da República, o presidente Bolsonaro, que não tem compaixão; que, no início da pandemia, falou que era uma gripezinha; que negou a importância do distanciamento social; que não usou máscara; que fazia questão de tripudiar sobre aqueles que defendiam as recomendações científicas do distanciamento, do uso de máscaras; que negou a vacina. É um presidente negacionista que tinha um ex-ministro de Relações Exteriores que conseguiu brigar, de uma vez só, com os países do Brics, em que o Brasil tinha um protagonismo: o grupo do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ele conseguiu se indispor com a China, falando que o vírus era comunista, que o vírus era uma criação e instrumento de dominação ideológica. Isso parece brincadeira de mau gosto, mas não é, é verdade, vou repetir aqui: um ministro que falou que o vírus era fabricação comunista com objetivo de propagação e dominação ideológica e que brigou com a Índia na questão das patentes. Ou seja, os maiores países hoje, os principais na produção da vacina estão indispostos diplomaticamente com o Brasil.

Além de negar a vacina, o presidente ficou brigando com governadores e prefeitos; um presidente que, ao invés de coordenar uma ação integrada, fazer um esforço federativo, insistentemente quis subtrair ações de responsabilidade de estados e municípios que assim o faziam pela omissão do governo federal. É um presidente que tem de ser responsabilizado. O Congresso Nacional tem de abrir a CPI da pandemia, a CPI da saúde, porque cada vida humana que está sendo levada precocemente, como infelizmente foi levada a do deputado Ivair Nogueira – e já vou repetir, são 300, mais de 300 mil no Brasil – poderia ser evitada se o nosso calendário de vacinação estivesse mais ágil, estivesse mais efetivo, se o Brasil tivesse tomado providências na hora certa. Mas não, o presidente negou a vacina e foi garoto-propaganda da cloroquina no tratamento preventivo. Olha, cada cidadão ou cidadã, se quiser, no seu foro íntimo, toma ou não toma a vacina, acredita ou não acredita em ivermectina como um santo remédio, usa ou não usa máscara, apesar de o uso de máscara já ser inclusive objeto de legislação, mas o presidente da República não pode dar o mau exemplo, negar a ciência e não agir dentro das suas atribuições. Portanto é muito importante responsabilizar esse presidente que já trocou de ministro quatro vezes.

Agora, eu queria aqui também, nas Alterosas, na nossa Minas Gerais, fazer um alerta ao governador Zema. Governador, não fique de mãos dadas com essa irresponsabilidade do presidente da República. Não fique submisso a essa verdadeira irresponsabilidade do governo federal, que, na semana dramática do pico da pandemia, recorde atrás de recorde de casos e números de mortes – a coisa mais importante que ele fez nesta semana –, induz o País a celebrar 57 anos de um golpe militar, de uma ditadura nefasta, que matou, que sumiu com quem pensava diferente, que cerceou os meios de comunicação, que impôs a censura, que castrou direitos democráticos, como eu disse, que matou muita gente, que impediu que exercêssemos os nossos votos para prefeito de capital, para governador e para presidente da República, que tanto mal fez ao País.

E o pior, o presidente ainda tem seguidores que vão às ruas celebrar o atraso, celebrar a triste memória. É um presidente que, para impor a sua vontade, demitiu as Forças Armadas, o seu ministro da Defesa, o comando da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, porque ele quer Forças Armadas para o seu projeto político, para defender o bolsonarismo, e não para defender o Estado brasileiro, a missão institucional das Forças Armadas.

Governador, Minas merece respeito do governo federal. As omissões e ações equivocadas, descabidas, do presidente da República afetam Minas Gerais, porque aqui, em Minas Gerais, são mais de 23 mil mortes. Enquanto o governador faz o lockdown, a onda roxa, o presidente da República está desautorizando e criticando os governadores, usando da desinformação de alguns, omitindo que o desastre econômico é resultado da irresponsabilidade sanitária, porque não vai ter desenvolvimento econômico sem vacina. Ele negou insistentemente a vacina e defendeu a cloroquina.

Nós, da Assembleia, incluindo aqui a oposição, temos feito a nossa parte, o presidente da Assembleia, os líderes e todos os deputados e as deputadas, e Minas hoje tem a lei geral da pandemia, tem a lei da vacina. Ontem aprovamos uma legislação para que não faltasse ainda mais pessoal, lá na ponta, no atendimento nos leitos de enfermaria e nos leitos de UTI.

Então, governador, não seja conivente com esse quadro instalado em nosso país. Não adianta ir para a rede social comemorar a inclusão de um grupo na fila da vacina, por mais legítimo e necessário que este ou outros grupos, na escassez de vacinas, sejam priorizados. O que o senhor tem que fazer é cobrar do presidente da República atitude para conseguir mais vacinas para o nosso país e não ficar criando crise atrás de crise para desviar a atenção do povo brasileiro sobre o que está acontecendo em nosso país.

É inadmissível que o governador de Minas não cobre mais recursos para o auxílio emergencial. O reflexo do lockdown, do fechamento e do distanciamento necessários recai sobre as pessoas mais pobres, sobre os pequenos e médios empresários, e sabemos disso, mas quem tem que assumir esse ônus é o Estado. Isso é papel do Estado brasileiro, através de auxílio emergencial, de ações de apoio à economia, conforme estamos procurando fazer na Assembleia e até já incluímos na lei geral da pandemia. Então isso é importante, e o governador terá a nossa colaboração para isso. Ele não vai ficar sozinho.

O governador não pode ficar com medo de represália do presidente Bolsonaro até porque imagino que o governador não está alinhado com esses descaminhos do governo federal por questão eleitoral, até porque a população, gradativamente, começa a identificar as irresponsabilidades. Talvez num momento inicial, quando o presidente Bolsonaro estava bem avaliado, o governador tenha tido essa vinculação eleitoral, o que inclusive ajudou muito na sua vitória aqui em Minas, provavelmente. Talvez, no início, o governador possa ter pensado nisso, mas hoje tenho certeza de que não.

Independentemente disso, porque acho que essa não é a motivação, talvez o governador esteja com receio de represálias do governo federal, mas em que o governo federal está ajudando Minas Gerais? Está ajudando com migalhas? Minas Gerais merece migalhas? Minas Gerais pode ser conivente com o governo federal que tanto sofrimento traz para o povo brasileiro? O povo mineiro mora é no Brasil. As 23 mil mortes estão relacionadas à irresponsabilidade federal, mas também à conivência estadual.

Ontem demos o maior exemplo de colaboração. Eu, líder da oposição, fui relator de um projeto que o governo tinha a expectativa de aprovar, num curtíssimo prazo, para poder contratar profissional de saúde aposentado, contratar serviços de pessoas jurídicas e físicas, para poder convocar o trabalho voluntário, o que inclusive é polêmico, mas assumimos fazer isso porque, na ausência de outra circunstância, estamos num período em que tudo tem que ser feito. Ontem a unanimidade dos deputados e das deputadas criou essa condição para o governador agir, mas não adianta uma ação isolada aqui e uma concordância com esses abusos que estão acontecendo no plano federal.

Então estou sendo muito sincero e talvez até mais enfático porque cada vida humana conta muito, a de cada um dos 23 mil mineiros e mineiras ou dos trezentos e tantos mil brasileiros e brasileiras, porque não se trata de números. Mas hoje, particularmente, perdemos um companheiro, no meu caso, de muitos mandatos: o deputado Ivair Nogueira. Mas não adianta a gente só lamentar a morte de uma pessoa querida e conhecida. É preciso ação, é preciso vacina, é preciso responsabilidade coletiva. A melhor forma de homenagearmos nosso querido Ivair Nogueira e seus familiares, a quem presto solidariedade, é dizendo “não” a esse desgoverno Bolsonaro, que tanta tragédia traz para o nosso país; e também cobrando do governador Zema mais ação e menos submissão ao presidente Bolsonaro. Muito obrigado, presidente.

O deputado Delegado Heli Grilo – Caro presidente interino, meu amigo deputado Carlos Henrique, é um prazer muito grande acompanhar a sua dinâmica e atuação como presidente no momento, nesta Casa.

Eu também gostaria, presidente, de ser solidário às palavras do André Quintão no que se refere às condolências à família do Ivair Nogueira. Não tive oportunidade de dividir com ele uma cadeira na Assembleia, mas tive oportunidade de ouvir falar, de conhecer, de conversar poucas vezes com o deputado Ivair. E todo mundo sabe do comportamento que ele sempre teve de amizade, de solidariedade, de parceria, uma pessoa cujos exemplos deixados devem ser seguidos. Deixa para o seu filho Vinícius um legado de respeitabilidade, de carinho e apreço de todos que tiveram oportunidade de conviver ou de falar com Ivair Nogueira. Tenho certeza de que ele tem o seu lugar reservado lá em cima e vai continuar nos defendendo de lá, olhando por nós, nos ajudando tanto, porque o Brasil precisa muito disso agora. Tenho certeza também de que a sua família será confortada pela espiritualidade de luz de todos aqueles que têm a capacidade de proteger, de dar amparo aos familiares daqueles que se foram.

Eu gostaria até de dizer que, em algumas coisas, com relação à vacina – há um atraso dessa vacina –, eu concordo um pouco com o deputado André. Mas eu fico preocupado. Nos governos passados, talvez nós não tivéssemos dinheiro para comprar vacina porque teria sido levado na mão dura, teria sido roubado deste país, mas hoje o dinheiro está aí. Pode estar atrasado realmente, muitas vidas poderiam ter sido salvas, mas não todas, como foi dito. Eu perdi uma irmã e acredito que a vacina nem adiantaria, porque foi muito no começo. Acho que a vacina vai continuar salvando vidas, e vai salvar, e só ela. Eu tenho dito em todas as oportunidades: só a vacina vai trazer de novo o equilíbrio no combate à pandemia e para a economia do Brasil, porque só ela vai dar aquela confiança, aquela segurança para os vacinados, para que as pessoas, imunizadas, voltem ao trabalho normalmente, voltem às suas vidas normais. Sei que isso vai demorar, mas temos que ter esperança.

Mas a minha fala é, principalmente, para agradecer ao governador, que, embora tenha dito que não deveria comemorar o fato de conseguir imunizar um pouco das pessoas da sociedade, como vai acontecer com os membros da segurança pública... Eu gostaria de lembrá-los de que nós, policiais, não nos preocupamos. Nenhum membro da segurança pública achou que estava errado vacinar em primeiro lugar os médicos, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os fisioterapeutas, todos aqueles que estão no enfrentamento da Covid. São pessoas, médicos, corpo clínico da saúde de uma forma geral; independentemente da função que exerçam, seja médico, seja enfermeiro, técnico ou fisioterapeuta, terão sempre o meu respeito e a minha gratidão pela forma como estão atuando.

Muitas vezes, sabedores de que a vacina não imuniza 100%, nem assim eles recuam, vão para lá, enfrentam a Covid e estão tentando salvar vidas – e têm salvado muitas vidas. Eu gostaria de agradecer ao governador o empenho, atendendo os pedidos feitos pelas nossas entidades da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Penal, do sistema socioeducativo. Como eu disse ontem, muitas vezes a gente não analisa, mas, quando tem uma aglomeração – e está tendo muita ultimamente –, quem é que vai lá para resolver o problema? É alguém que eu acabei de dizer, ou é a Polícia Militar ou é o bombeiro. É alguém da segurança é que vai lá abordar quem está fazendo as suas aglomerações, suas festas, suas reuniões. E eles naturalmente, muitas vezes inescrupulosos, estão sem máscaras, bêbados, com toda a galhardia e sem proteção alguma, sem achar que vai ser pego pela Covid. O policial enfrenta tudo isso, leva a pessoa para a delegacia; o policial de plantão a recebe, recebe quem está ali daquela forma, dirigindo embriagado, enfrentando a polícia. Depois ela é conduzida para o departamento de Polícia Penal, que vai guardá-la na cela, vai ficar andando naqueles corredores mal ventilados. Sem a vacina, é tudo um risco. Nós perdemos dois policiais esta semana em Uberaba e temos mais dois que estão internados. Então nós precisamos é da vacina, sim, governador. Eu quero aqui, neste momento, render a minha gratidão a V. Exa., governador Romeu Zema, por ter trabalhado e buscado essa vacina para serem atendidos os membros da segurança pública. E depois vamos buscá-la para os professores, para todos, porque vamos chegando a números... Todos nós, como o deputado André Quintão disse muito bem, todos nós precisamos da vacina, mas, infelizmente, existem alguns que estão mais lá na frente, que estão enfrentando um problema muito maior do que o que nós enfrentamos. Por isso eu quero agradecer ao governador e quero dizer que eu estou muito feliz com a resposta dada às nossas instituições que defendem... São os sindicatos, as associações das Polícias Civil e Militar, os bombeiros, a Polícia Penal e o socioeducativo. A gratidão nossa será eterna. Cada vacina agora é uma vida que poderá ser salva. E é isso o que nós esperamos. Um abraço, e fiquem com Deus!

O presidente – Um forte abraço, Delegado Heli Grilo. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, muito boa tarde! Hoje estou aqui mais uma vez, no Vale do Jequitinhonha, falando diretamente da nossa querida cidade de Comercinho, aqui no Vale do Jequitinhonha. É um prazer imenso falar mais uma vez desta tribuna, falar para todos os mineiros e mineiras.

Questão de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, eu queria primeiramente pedir também 1 minuto de silêncio pela morte, em homenagem, da Ana Luísa, uma jovem de 25 anos, que, ao que tudo indica, foi covardemente assassinada, vítima de feminicídio na cidade de Divisa Alegre há uma semana. Eu peço 1 minuto de silêncio por essa jovem e por todas as mulheres que têm sido vítimas de feminicídio no nosso Estado e no nosso Brasil.

Homenagem Póstuma

O presidente – A pedido do deputado Doutor Jean Freire, vamos fazer então 1 minuto de silêncio pela morte da Ana Luísa, na cidade de Divisa Alegre.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Devolvo a palavra ao deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, neste mês de março, quando comemoramos um dia de luta, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, um dia histórico de luta, um dia que marca muito a luta das mulheres do mundo todo, do nosso país, o nosso mandato, que tem como uma das bandeiras principais o enfrentamento à violência doméstica, não poderia deixar de se lembrar desses crimes brutais, cruéis, de que nossas mulheres têm sido vítimas.

Vou relatar alguns nomes, Sr. Presidente. Em um ano, em menos de um ano, no dia 6/8/2020, Ana Luiza – também Ana Luiza – na cidade de Divisópolis; dia 7/10/2020, Sílvia Helena, em Fronteira dos Vales; 29/12/2020, Ingrid Silva, em Itaobim; 31/12/2020, Regiane Viana, em Araçuaí; 16/3/2021, Valdirene Avelino, em Salto da Divisa; e agora, 23/3/2021, também Ana Luiza, uma jovem dentista, que atendia tão bem as pessoas no Município de Divisa Alegre. O seu falecimento foi registrado como suicídio, mas parece, pelo que tudo indica, as investigações, as reportagens que a gente tem visto, a suspeita dos familiares, uma fala da mãe, sofrida com o acontecimento, que ela foi vítima de feminicídio.

Sr. Presidente, acho que cabe a nós, homens públicos, cabe a nós, instituição, cabe a governos, cabe a secretarias, a todas as instituições dizer: “Basta, basta. Até quando? Até quando?”. Não há, não se aceita, não devemos aceitar qualquer tipo de justificativa, qualquer tipo. Não devemos aceitar. Aquela história de que, em briga de marido e mulher, de namorado e mulher, não se mete a colher, se mete a colher, sim. Nós devemos meter a colher, sim. Nós devemos, no dia a dia, provocar isso, sim.

Longe de mim fazer julgamentos e pré-julgamentos, mas o que tem vivido as mulheres, ao longo da história e neste momento em que estamos perdendo tantas vidas, tantas vidas, para o coronavírus, para a pandemia da Covid-19, para o desgoverno, para o desgoverno que não tem gestão séria sobre uma pandemia, as mulheres estão sofrendo mais violência.

E aqui também eu quero aproveitar para parabenizar esta Casa. Dentre tantos projetos de lei, nós tivemos projetos de nossa autoria, também votados durante a pandemia, que vão ao encontro dessa luta de enfrentamento à violência doméstica e que envolvem os PSFs, o sistema público de saúde.

Então, Sr. Presidente, a primeira parte da minha fala é que eu não poderia deixar passar esse fato sem lembrá-lo aqui, na Assembleia Legislativa, num momento em que estamos perdendo tantas vidas e num momento em que a força de trabalho da mulher está sendo fundamental para enfrentar a pandemia. Se entrarmos num CTI, se entrarmos num hospital, a gente verá como é fundamental o trabalho da mulher no enfrentamento à pandemia. E, muitas vezes, elas têm jornada dupla, tripla; muitas vezes, saem de um hospital e vão para outro, saem do hospital, chegam em casa, vão cuidar dos filhos, vão fazer almoço, vão cuidar da casa. Então, eu acho que cabe a nós – é o mínimo que nós podemos fazer – gritar, falar, denunciar, usar esse espaço e dizer: basta, basta! Deixo aqui a minha solidariedade; e não somente a nossa solidariedade, mas a nossa luta aos familiares da Ana Luiza e de outras tantas Anas que sofrem violência em todos os momentos, principalmente neste momento.

Sr. Presidente, gostaria também de reforçar aqui, mais uma vez, a questão da onda roxa, da importância disso. Mesmo sendo um deputado de oposição, quero reconhecer a importância disso e dizer ao governo do Estado que nós, deputados de oposição, apoiamos essa iniciativa, concordamos com essa iniciativa. Não cabe aqui simplesmente falar o que não foi feito antes, ficar relembando o que foi feito e o que não foi feito. Muitas coisas foram feitas de maneira tardia, mas nós apoiamos. Eu, na posição de parlamentar e de médico, sei da importância do isolamento social, sei da importância fundamental disso para diminuir os atendimentos, para diminuir os casos, o índice de infecção. Nós não estamos tendo mais vagas, Sr. Presidente, nos CTIs do interior. Nós temos, às vezes, pedido de capital; outro dia, tinha um pedido de Belo Horizonte; ontem estavam pedindo vaga pessoas de Rondônia. E, no dia a dia, é assim, estão solicitando vagas.

E aí a gente tem que lidar também com outro problema, que é a falta dos insumos fundamentais para sedar o paciente, para a indução da intubação e para depois, para manter esse paciente entubado. Muitas vezes, nós temos que perguntar aos nossos colegas que solicitam vaga se o hospital de onde ele está solicitando a vaga tem também a medicação para mandar, pela falta de medicação,

dos insumos. Muitas vezes, os hospitais filantrópicos, que trabalham de maneira seríssima, fazem compras e muitas respostas que têm de compras que já deveriam ter sido entregues são de que o governo federal confiscou todos os insumos.

Nós queremos cobrar e dizer como vai ser feita essa distribuição. A logística tem que ser rápida, tem que agir. A vida exige isso, o momento exige isso. E é fundamental que essa medicação chegue aonde é mais necessária neste momento. Nós apoiamos essa situação da onda roxa, e, se precisar, terá o meu apoio, com certeza absoluta, para fazer essa defesa e que se avance mais neste momento – é necessário isso –, mas nós estamos vendo prefeitos, por todo o Brasil, sofrerem ataques, sofrerem agressões, sofrerem ações de fake news, neste momento.

O prefeito Edinho – e é engraçado porque, quando vai se falar da experiência fantástica que está ocorrendo na cidade de Araraquara, em São Paulo, não se fala que a administração é do Partido dos Trabalhadores – está fazendo uma gestão fantástica e corajosa da pandemia. Lá houve a diminuição de casos, lá houve a diminuição de mortalidade, lá houve a diminuição de internação em hospital, no CTI, devido à Covid. E ele está sofrendo, sofreu ameaça de morte. A prefeita Marília Campos sofreu agressões. A prefeita Margarida Salomão sofreu retaliações, agressões, em manifestações ocorridas na porta do prédio onde mora; uma maneira de tentar intimidá-la, mas ela é uma mulher de muita garra e não se deixou intimidar por esse motivo. O prefeito Daniel Sucupira, em Teófilo Otôni, desde o início da pandemia, vem sofrendo também retaliações, agressões na porta da prefeitura. Chegaram a entrar com caixão dentro da prefeitura. Num momento em que nós estamos adentrando com tantos caixões nos nossos cemitérios, num momento, Sr. Presidente e caros colegas deputados e deputadas, em que estamos presenciando cemitérios abrirem durante a noite, está havendo um colapso do sistema funerário, adentraram com um caixão e, na semana passada, também voltaram a fazer agressões em relação à administração e ao companheiro Daniel Sucupira.

Eu quero aqui defender todos os prefeitos e prefeitas que têm tido essa coragem de enfrentar a pandemia. E é engraçado porque a onda roxa não foi criada por eles. Muitos deles só estão seguindo o que o governo do Estado determinou de maneira correta, mas as retaliações é com os prefeitos, porque é nos municípios que as pessoas vivem. É incrível como, às vezes, a gente chega a desanimar, a gente que está fazendo o enfrentamento à pandemia chega a desanimar, às vezes, de ver que não há vaga no CTI, porque, meus amigos, na festa sempre cabe mais um, mas, no CTI, nem sempre cabe mais um. E a gente vê aquela situação. Se os colegas deputados que não são médicos não sabem o que é agonizar, o que é morrer agonizando por falta de oxigênio, é triste, é doloroso. Então não vamos banalizar a morte.

Por último, Sr. Presidente, eu queria reforçar a questão da vacinação.

Sr. Presidente, vou ser muito rápido. Há muitas pessoas vacinando de maneira correta, muitos furando fila, mas eu queria aqui, eu acabei de receber uma mensagem do companheiro Júlio Dimas, do coletivo do deputado Virgílio Guimarães, que está aí conosco também, que traz uma pauta importantíssima, que eu queria, na próxima fala minha, vou relatar mais fortemente isso. Mas nós precisamos pedir também vacinação para os garis, que estão nas ruas e não têm voz nenhuma para gritar por eles, e para os coveiros, que não têm representatividade para gritar por eles. Obrigado pela ideia, Dimas. Agradeço também ao Virgílio Guimarães, que, com certeza, é um companheiro que vai estar nessa luta junto conosco.

Muito obrigado a todos e a todas.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde.

O presidente – Na sua ausência, o deputado... Opa, desculpe-me! (– Risos.) Sempre presente a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Sempre presente, ocupando o Plenário. É a primeira vez, em 300 anos, que a gente não abre mão deste espaço. O microfone é que demora, há um tempo para liberar o microfone, não é a gente, não.

O presidente – Fique à vontade.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, eu quero agradecer pelo espaço. Boa tarde, presidente.

O presidente – Boa tarde.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde aos colegas deputados e deputadas.

Quero registrar aqui a minha solidariedade aos colegas deputados que passaram pelo processo da Covid, principalmente aos familiares do ex-deputado estadual Ivair Nogueira, que faleceu hoje, dia 31. Toda a minha condolência à família. Que console, e que console os amigos, porque, de fato, nós não temos muito o que celebrar nesses anos, não é? Já faz mais de um ano que estamos sufocados, sufocados com a pandemia, e ainda assim a gente vem assistindo a um país desgovernado, como diz o deputado André Quintão.

Pois bem, amanhã é Dia da Mentira, 57 anos desde o golpe de 1964. Trazer essa data para discutir aqui, no Plenário, presidente, colegas, pessoas que nos assistem, é para reforçar, reforçar o nosso compromisso com a verdade, com a memória, com a justiça. Não há nada a comemorar! Infelizmente estamos assistindo a muitas forças disputando um dia que não pode ser esquecido, de forma alguma, mas que precisa ser lembrado como um período de desordem, de desmonte. Desmonte da proteção social; aumento da pobreza, da tortura, da perseguição, da perseguição aos povos originários. Hoje cedo estivemos com os povos indígenas que cavaram uma reunião com o governo do Estado para cobrar políticas, principalmente a política de educação, que emancipa. Quero dizer que a ditadura perseguiu, exilou e fez desaparecer várias pessoas, entre elas povos tradicionais, como os quilombolas, militantes sociais. Foi um período cheio de crimes contra a humanidade. E por isso o nosso compromisso hoje. Nós, que fomos eleitos no período democrático, fomos eleitos legitimamente, dentro da democracia, seguindo os princípios constitucionais, e a nossa defesa é a defesa da vida.

Então continuamos aqui reafirmando o nosso direito à memória. Nós precisamos saber onde estão os desaparecidos da ditadura, reparar as famílias e corrigir esse erro contra a humanidade, que continua deixando as suas marcas. Superar isso é superar também este momento que nós estamos vivendo. Se o nosso compromisso é com a democracia, nós não podemos deixar que o governo do Estado venha sucatear o Centro de Referência em Direitos Humanos. Esse é outro desafio que nós enfrentamos hoje, conversando com a secretária de Estado. Queremos dizer que estaremos não só fiscalizando, mas exigindo que este governo amplie o atendimento aos direitos humanos.

Mais do que isso, a lição que nós tivemos no período de 1º/4/1964 é uma lição para a história daquilo que jamais poderá se repetir. No entanto, hoje, quase 60 anos depois, temos um presidente que não apenas passou 27 anos no Congresso, sem fazer uma entrega concreta para os brasileiros, mas continua usando essa data como ameaça à democracia. A democracia é que nos garante este microfone aberto agora para falar. A democracia é que nos garante o direito de sentar com a secretária de Estado para apontar fragilidades na política de educação indígena. É a democracia que nos garante hoje, inclusive, chegar aqui e dizer da importância da política que protege as mulheres.

E, ao falar da política que protege as mulheres, ao falar do Tortura Nunca Mais, crimes praticados pelo Estado com a ausência de democracia, eu quero também trazer aqui e lembrar que 16 mulheres ainda continuam acauteladas pelo Estado. Muitas delas não têm nem sentença, elas não foram julgadas. Não há necessidade de essas mulheres estarem acauteladas, estarem presas, que é a palavra certa. Elas estão presas grávidas, em meses finais de gestação; outras com os bebês no colo, de menos de 1 ano; e são contaminadas no Estado. Isso é um escândalo que a gente não pode silenciar de forma alguma.

O Estado de Minas Gerais mantém hoje 16 mulheres com Covid, mulheres gestantes, com seus bebês, acauteladas, presas, sem garantia alguma de que a saúde delas e das policiais penais, que estão ali no cotidiano, é garantida.

Então eu reforço aqui. Conforme as palavras que já foram ditas pelos outros parlamentares, neste momento nós temos três grandes bandeiras para defender: vacina para todos; que a gente coloque à disposição tudo o que está no Tesouro Nacional para garantir a vida das pessoas; e renda para os brasileiros. Que se devolva tudo o que o Estado já acumulou com a força do trabalho das

trabalhadoras domésticas, dos garis, dos motoristas, das pessoas que trabalham de forma mais precária, que são os trabalhadores ambulantes. Todos nós, ao consumirmos um palito de fósforo, contribuimos com a manutenção do Estado. Então o Estado, neste momento, tem que distribuir a riqueza que ficou acumulada. A riqueza que foi se acumulando desde o processo da escravidão, com a tributação de cada corpo que foi escravizado neste País. Devolva isso para o povo, porque essa é a única forma de salvar a economia.

E com isso, presidente, eu quero aqui denunciar o abuso do presidente da República ao ir a público hoje mandar as pessoas voltarem a trabalhar. Quem conhece a vida da maioria dos brasileiros sabe que a gente nunca parou de trabalhar. O problema é que a riqueza concentra-se na mão de poucos. E, quando a gente defende vacina para o motorista de ônibus, é para que ela não chegue só para o dono da empresa de ônibus. Quando a gente defende vacina para as trabalhadoras domésticas é porque o trabalho delas foi considerado essencial mesmo na pandemia. Nós não estamos discutindo aqui algo que não tenha embasamento jurídico, que não tenha embasamento científico, que não tenha recomendação sanitária.

Presidente e colegas deputados, nós não podemos negar que temos neste momento uma ameaça à democracia. A prova disso é que o presidente recentemente demitiu o ministro da Defesa, um ministro que tinha ideologicamente um alinhamento com a direita, presidente, mas se recusava a atacar o STF, o Poder Judiciário. Inclusive ele defendia a posição dos governadores, o pacto federativo que precisa ser respeitado, para que a gente tenha a manutenção das vidas, a manutenção também dos pactos que foram construídos. A democracia foi feita com vários pactos.

Então, esquecendo-se disso, o presidente, ao demitir alguém que estava alinhado com ele mas que tinha críticas a posturas que vão contra a democracia, causou uma série de outras crises que levaram outros a se afastarem e pedirem demissão ao mesmo tempo. É assustador tudo isso; é assustador pensar também que ainda há pessoas que têm dúvida de que o modelo ditatorial, o modelo autoritário só traz mortes, só traz tortura.

Por isso, eu venho a Plenário, neste dia tão emblemático, de tantas ameaças feitas a nós com posturas antidemocráticas, dizer que a democracia é, sim, garantir trabalho. Sem trabalho... Nós já estamos vivendo um golpe, nós já estamos vivendo golpeados. As pessoas estão passando fome. Eu estou vendo as pessoas na porta da Ceasa catando restos, pessoas que já tinham alcançado a dignidade, seja pela distribuição de renda, seja pelo incentivo ao trabalho, que tem que vir do governo do Estado.

Não se pode ter um discurso de empreendedorismo para substituir o papel do Estado no fomento ao trabalho, à distribuição de renda e à vacina. As pessoas que estão vivendo em luto, presidente e colegas, já não conseguem mais apoiar o governo Bolsonaro. E ele cai nas pesquisas, o apoio popular vai se esvaindo. As pessoas precisam de trabalho, de renda, e elas não podem mais viver só contando os lutos.

Com isso, presidente, eu concluo dizendo que quem estuda um pouco da história saberia que não só não se deve repetir a tragédia do golpe de 64, como também jamais vai-se conseguir repeti-lo com uma farsa como essa que nós estamos vivendo do desgoverno, da morte calculada, ao deixar de comprar a vacina, ignorar a doença, oferecer tratamentos ineficazes em nome de uma ideologia fraca, sem sustentação. Não cabe mais isso. Nós estamos aqui – meu corpo, minha história, minha vida – numa defesa intransigente pela vacina: vacina para as pessoas que fazem limpeza urbana, vacina para quem dirige o transporte público, vacina para as domésticas, vacina para as trabalhadoras e os trabalhadores policiais penais, garantindo, assim, a liberdade às pessoas para que saiam do sufoco e possam voltar a sonhar.

Nós temos responsabilidade sobre isso. Democracia com racismo não existirá, e por isso a memória, a verdade e a justiça têm que ser o lema desta Casa e o lema daqueles que acreditam na democracia, porque fomos eleitos por ela. Vacina já, pão e trabalho! Com isso, eu concluo, presidente. Obrigada.

O deputado Carlos Pimenta – Muito bem. Meu caro presidente, deputado Carlos, eu quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pela sua participação, sua presença aí nas nossas reuniões. Infelizmente a gente não está podendo estar presente em Belo

Horizonte, mas a gente está atento aqui, na região, principalmente em Montes Claros. Então, fica o meu abraço ao senhor e a toda a assessoria da Assembleia Legislativa.

O presidente – Igualmente, deputado. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta – Presidente, hoje eu quero mudar um pouquinho a tônica da minha fala, do meu discurso. Eu tenho falado muito, mas muito mesmo, sobre a pandemia, sobre a falta de vacinas. Ontem eu abordei o assunto de que o Ministério da Saúde já distribuiu hoje trinta e tantas mil doses, milhões de doses de vacinas. No entanto somente 18 milhões de pessoas foram vacinadas pela primeira vez e 4 milhões pela segunda vez. A diferença dessa conta está dando mais de 10 milhões. E eu pedi ao governador, ao secretário de Saúde que pudessem fazer um trabalho junto às prefeituras, para que não deixem estocadas essas doses de vacinas. Já foram liberadas para serem aplicadas como primeira dose. É muito importante que o Estado identifique os locais onde está ocorrendo esse represamento de vacinas para poder desová-las e para que nós possamos imunizar o maior número de mineiros. Também reconheço, reconheci que o Estado recebe as vacinas e, imediatamente, através das aeronaves e de carros refrigerados, chegam às regionais e dali são levadas aos municípios. Então, o problema não está na morosidade de distribuição das vacinas pelo governo do Estado; elas são imediatamente encaminhadas às regionais.

O problema estava acontecendo nesse processo de vacinação e também devido à indecisão quanto a quem precisa ser vacinado. Eu falava ontem dos estudantes de medicina e dos médicos de Montes Claros. Eu vi até uma hashtag que eles criaram: #medicossemvacinas. É um absurdo médicos que trabalham nas clínicas, em consultórios e mesmo nos hospitais ainda não terem sido vacinados, estão sendo deixados um pouquinho mais para a frente. Há falta de vacinas para os dentistas, e olhem que os dentistas, ao atenderem um cliente, têm o maior contato possível com ele e uma facilidade muito grande de se contaminarem. “Ah, mas dentista não é caso de urgência.” É sim, somente quem já teve uma dor de dente sabe que é um caso de urgência, sim. Bom, eu falava também dos fisioterapeutas, dos dentistas, dos enfermeiros, enfim, eu acho que Minas precisa encontrar o equilíbrio para que a gente possa se vacinar, porque estamos muito atrás de outros estados, que já vacinaram o dobro do que o nosso. Estou falando de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, do Amazonas e de vários outros, e nós estamos ainda naquela posição intermediária, do meio para baixo.

Então, é importante, presidente, que Minas encontre esse equilíbrio. E também queria pedir ao presidente da Casa, deputado Agostinho, que convidasse para estar aqui o secretário de Saúde, o Fábio, para que a gente possa ouvi-lo e também lhe mostrar o que a Assembleia está fazendo.

Hoje eu quero, em rápidas palavras, presidente, sem deixar de mencionar tudo isso... Eu recebi no meu e-mail várias mensagens de pessoas daqui de Montes Claros, cidadãos, pacientes, pessoas com quem a gente tem um contato um pouquinho maior, e eles me falavam das blitze que estão sendo executadas aqui na nossa cidade. Quando falavam em blitz, eu até pensei que eram blitze sanitárias e até falei: “Olha, que bom que a Polícia Militar está ajudando a montar essas blitze para evitar que as pessoas saiam depois das 8 horas”, porque nós estamos com o toque de recolher aqui na cidade que vai até domingo, dia 4; eu pensei que essas blitze fossem para orientar as pessoas a usarem máscaras, para informar as pessoas das suas necessidades para que a gente possa colocar um ponto final nesta pandemia. Só para que se tenha uma ideia, ontem Montes Claros bateu o recorde, nós tivemos quase 600 casos de contaminação e 22 mortes; e, depois de tantos dias isolados, estamos vendo que as mortes estão aparecendo do mesmo jeito, estão aumentando.

Mas, infelizmente, essas blitze da polícia... Eu respeito muito a Polícia Militar, eu tenho uma atenção muito grande com a Polícia Militar de Montes Claros e de todo o Estado, com os comandantes da nossa polícia, mas essas blitze estão sendo feitas para poder saber se a população está em dia com o pagamento do IPVA. Olhem bem: dezenas de carros foram retirados das ruas. Às vezes, a pessoa está com uma parcela em atraso, não pôde pagá-la porque não tinha o dinheiro para isso. Seria muito importante que essa informação chegasse ao governador – eu vou passá-la ao governador – porque não se pode pensar, não se pode imaginar, não é justo,

não é razoável que essas blitz aconteçam nos quatro cantos da cidade, parando-se os motoristas e os pilotos de motocicletas, recolhendo-se seus veículos porque estão ainda irregulares. A polícia poderia executá-las daqui a três meses, pois está sendo tudo – vamos dizer assim – prorrogado mais para a frente. Por que isso? Por que expor os policiais nas ruas, parando veículos? Por que expor a população ao pegar o documento, entregá-lo ao policial militar, a alguém que está ali, e depois recebê-lo? Não é hora disso, pelo amor de Deus!

Governador Romeu Zema, o senhor sabe perfeitamente do apoio que tenho dado ao senhor aqui na Casa. Eu acredito na sua administração. O senhor é um homem correto, um homem ético. A gente vê as críticas que são feitas ao governo do Estado, mas são críticas infundadas, porque a gente está vivendo o pior momento do Estado, e o senhor está fazendo as coisas com muita tranquilidade. Recentemente precisou ir a Brasília, ter uma reunião com o ministro da Saúde para pedir medicamentos para entubação, os kits entubação. O senhor foi lá. O senhor esteve presente pedindo mais vacinas para vacinar os policiais militares, os professores. O senhor não tem preguiça, não mede esforços e tem feito esse trabalho com muita responsabilidade para o povo de Minas Gerais.

Mas eu peço ao senhor que ponha a mão na consciência. Não é momento de fazer blitz para poder recolher documento do IPVA, recolher os carros, mandar para os pátios do Detran, que já não têm nem onde colocar mais carros, que não têm nem como colocar mais motos. Este momento é um momento que o senhor não pode (– Falha na transmissão do áudio.) Não permita que isso aconteça. Eu tenho certeza de que isso não parte do senhor. Eu tenho certeza de que o senhor não comunga com tudo isso que está acontecendo. Deixe lá para o segundo semestre, deixe para depois que nós tivermos com uma vacinação, pelo menos, de 60% da população mineira. Vamos esperar um pouquinho mais. Às vezes o cidadão precisa sair da sua casa para ir à padaria, à farmácia, para poder fazer uma consulta, para ir ao supermercado. Nesse percurso que ele faz, encontra uma blitz, tem seus documentos, mostra os documentos, que estão irregulares porque ele está naquele momento de decidir: ou paga uma parcela do IPVA, ou paga o seguro obrigatório, ou vai comprar a comida para a mesa, ou vai comprar os medicamentos, ou vai comprar o que for necessário neste momento tão difícil pelo qual estamos passando.

Então eu gostaria de fazer não uma denúncia, mas um apelo. Faço um apelo ao secretário Igor Eto, ao secretário de Governo. Eu faço um apelo ao secretário de Justiça, de segurança pública, à Polícia Militar, aos comandantes da Polícia Militar para que esperem um pouco mais. Deixem esse ímpeto, deixem essa energia para fazer as blitz educativas, as blitz sanitárias de que estamos precisando aqui em Montes Claros. Isso sim. É o momento certo. É o que nós queremos. É o que nós esperamos de governantes éticos, corretos, sérios, como nosso governador Romeu Zema e nossa Polícia Militar.

Ainda ontem, só para se ter uma ideia, eu estava indo fazer uns exames cardiológicos. Todos sabem que eu tive a Covid. Ainda estou com uma bronquiolite muito grande. Já fui curado da Covid. Fui fazer uns exames. Na porta do consultório, da clínica, passavam quatro jovens. Todos os quatro jovens estavam sem a máscara. Eu perguntei a eles: “Olhem, por que que vocês não estão usando máscara, porque vocês insistem em andar por aí? Vocês podem contaminar outras pessoas.” Eles falaram assim: “Olha, doutor,” – acho que eles nem me conheciam – “nós não estamos nem aí para isso aí. Nós somos jovens, esse vírus não atinge os jovens”. Eu argumentei: “Cinquenta por cento das internações hospitalares, principalmente de CTI, são de jovens abaixo de 40 anos”. Nada disso conseguiu fazer com que eles pudessem ter a sua máscara. Isso é papel de todo mundo, mas também poderia ser papel da Polícia Militar, em uma fiscalização mais ampla. Entre fiscalizar veículos de cidadão que está preso na sua casa, que está sem poder comprar o mantimento para a sua família, ou fiscalizar, montar as barreiras sanitárias, eu peço, em nome de Deus, montem as barreiras sanitárias, eduquem o nosso povo. Nós estamos vivendo o pior momento da pandemia.

Eu faço esse apelo, para que o nosso governador possa mandar, imediatamente, cessar as blitz que estão acontecendo em Montes Claros e que estão incomodando muita gente, porque, depois que o carro é preso, você nem tem o local. A UAI está funcionando precariamente. A delegacia está funcionando precariamente. E você tem um carro ali, que fica por muitos dias, e pagando

aluguel para o Detran manter esse carro preso do cidadão de bem, do cidadão que prefere comprar remédio, comprar comida, a pagar uma parcela do IPVA, que pode ficar para depois. Muito obrigado, e que Deus nos abençoe.

Presidente, só mais um minuto porque quero também prestar minhas homenagens póstumas ao companheiro Ivair Nogueira. Fiquei sabendo agora da morte dele. Convivi com o Ivair por muitos mandatos na Assembleia; uma pessoa admirável, um amigo, um companheiro, uma pessoa que fez muito bem a Minas Gerais, um grande parlamentar. Então deixo os meus sentimentos, os nossos sentimentos à família de Ivair Nogueira e também a todos os milhares de amigos e a todos os mineiros que conheceram e conviveram com o Ivair Nogueira. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Então está bom. Presidente, queria agradecer a V. Exa. e solicitei o apoio técnico da nossa assessoria da Casa uma vez que isso tem acontecido com frequência com o notebook fornecido pela Assembleia: a gente ingressa nele, mas não consegue o áudio necessário para conseguir falar, e agora estou falando do meu celular.

Mas queria inclusive, presidente, concitar V. Exa. e o próprio colega deputado Carlos Pimenta, que acabou de falar neste momento, a uma reflexão sobre o que vem acontecendo conosco aqui na Assembleia e sobre as medidas que poderíamos tomar em nome da população e do povo que vem sofrendo com a pandemia seja do ponto de vista da perda de vidas valiosíssimas e do sofrimento com toda a doença, o sofrimento psicológico por que as famílias passam, mas também, de outro lado, seja por causa do sofrimento das famílias que estão indo às ruínas do ponto de vista financeiro, com seus comércios sendo fechados, com o toque de recolher e com uma série de abusos que vêm acontecendo em nosso estado.

Ontem, por exemplo, presidente, a Dra. Cibele disse, textualmente, na CPI dos Fura-Filas, da qual sou membro suplente, e prestei muita atenção... Foi indagado a ela o porquê de ter acontecido toda essa falta de planejamento, todo esse imbróglio. Os municípios não sabem quantas pessoas foram vacinadas. Alguns municípios receberam um número de doses e vacinaram uma quantidade muito menor de pessoas, como é o caso de Belo Horizonte, conforme a fala de todos.

Nós passamos a fazer uma reflexão, presidente, depois da fala dela. Ela disse que faltou fiscalização quando aqui a indagamos. Bom, se faltou fiscalização, presidente, quem fiscaliza Poder é Poder. Então faltou fiscalização da Assembleia, e por que faltou fiscalização da Assembleia? É porque na Assembleia, presidente, diferentemente do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, nós não exercemos cargos vitalícios. Vou repetir aqui para as deputadas e os deputados: nós não exercemos cargos vitalícios. Então o “fique em casa” para eles, o trabalho remoto deles é uma maravilha, primeiro, porque o salário vai cair todo mês lá na conta e, segundo, porque não se submetem ao crivo popular todos os meses, de quatro em quatro anos, como nós nos submetemos.

Então essa reflexão, presidente, é para fazer um apelo já que, no ano passado, fiz apelos diversos aqui, alguns de forma mais veemente ao nosso presidente Agostinho Patrus; mas quero chamar à reflexão não só o presidente Agostinho Patrus, mas também os líderes, os membros da Mesa, V. Exa., deputado Carlos Henrique, e todos os colegas deputados e deputadas. Para algumas pessoas e alguns parlamentares, o modelo de “fique em casa” e de trabalho remoto funciona bem em determinadas circunstâncias, mas para outros não, presidente, porque o preço disso pode ser muito alto. Ontem, por exemplo, quando íamos votar o PL nº 2.591/2021, o próprio deputado João Leite recebeu áudios – e também recebi – e diversas mensagens da população falando: “Não faz isso, não” e dizendo que íamos acabar de arrebentar com a economia e trazer mais sofrimento se aumentássemos e prorrogássemos esse feriado.

E por que eu falo isso? Em um dos áudios que o deputado João Leite recebeu e compartilhou, o cidadão dizia para ele: “Deputado João Leite, eu tenho 200 caminhões, na segunda-feira, entregando frutas, verduras e legumes nos sacolões. Eu pergunto: vou jogar isso onde? Eu vou fechar e vou jogar isso na rua?”. Então são apelos de pessoas que chegam até os deputados. Diferentemente de nós, deputados, não é isso que chega até o governador, porque infelizmente o governador veio de uma área – veio do setor privado – em que não se está acostumado a ouvir as pessoas, como eu ouço, como V. Exa. ouve e como todos os colegas

deputados e deputadas, sem distinção de qualquer partido, sem distinção de qualquer corrente ideológica, todos nós, ouvimos constantemente.

Então como responder a essas demandas? Como podemos resolver as demandas da própria pandemia, que é um grave problema que assola todos nós, um problema de saúde, e de tantas outras demandas, presidente? É ficando em casa? É em trabalho remoto? A quem compete fiscalizar os atos do Poder Executivo? Ontem mesmo, em uma reunião de grupo do nosso bloco independente, eu dirigia a fala ao nosso querido, combativo e experiente Dr. Hely Tarquínio e ao deputado Glaycon Franco, e eles estavam se queixando. O Dr. Hely estava se queixando de falta de retorno, de falta de um contato na Secretaria de Saúde para resolver demandas que ele recebe na região de Patos de Minas, na região do Alto Paranaíba. O Dr. Glaycon Franco também reclamava que diversos preços têm subido absurdamente. E como fazer? E eu disse a eles: “Como fazer? Usar as comissões, usar aquilo que nos é permitido usar, que são as comissões, audiências públicas, poder coercitivo de convocar, de convidar e de dar voz a quem nos procura, de dar voz às pessoas que batem às nossas portas”. Não é no MP, não é no Poder Judiciário, porque lá existe todo um formalismo técnico, que, com o deputado, é completamente diferente. A nossa sensibilidade política ultrapassa as questões técnicas frias que os outros têm. Nós, não. Nós temos sensibilidade humana e uma sensibilidade muito mais aguçada de identificar problemas sociais e buscar soluções. Mas que solução com a Assembleia fechada?

Então, deputado Carlos Henrique, é uma reflexão. Se a CPI da saúde pode funcionar com o seu presidente, por que não funcionam as nossas comissões também somente com os presidentes e os demais deputados de casa? Mas a Assembleia não pode, neste momento, deixar de funcionar. Quantos prefeitos batem à porta dos nossos deputados e deputadas, quantas lideranças políticas, associações, sindicatos, entidades de classe pedindo uma solução? E aí você não pode exercer o mandato, você está de pés e mãos atados.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, de ontem para hoje, eu fiz aqui uma reflexão enorme. Não se esqueçam de que promotor tem cargo vitalício, juiz tem cargo vitalício, defensor público tem cargo vitalício; deputado, não. Ele tem que passar pelo crivo, de quatro em quatro anos, das urnas. E não é em casa que os senhores vão conseguir enfrentar essas urnas no ano que vem. É bom que os senhores e as senhoras reflitam sobre isso. A Assembleia não pode continuar fechada, nós precisamos ter essa visão, e a minha visão aqui não é uma crítica à pessoa do nosso presidente Agostinho Patrus, que tem feito um belíssimo trabalho, sempre pioneiro, sempre na dianteira, mas ninguém acerta em tudo. Então é preciso ouvir os colegas deputados e deputadas, as pessoas dizendo: “Olhe, como é que está aí? Estão batendo à sua porta? Estão lhe procurando?”. Por quê, deputado Carlos Henrique? Porque, nesse modelo que está, nós estamos de pés e mãos atados.

Eu nunca deixei de vir à Assembleia trabalhar. Em nenhum momento da pandemia, eu deixei de vir trabalhar. Mas é preciso que as comissões, que são os pulmões da Assembleia, voltem a funcionar, voltem a ouvir as pessoas que estão na ponta da linha. Imaginem, eu vejo aqui deputado dizer o seguinte, como o próprio Doutor Jean: a vida exige isso, o momento exige isso. Exige o quê? Exige que a Assembleia fique fechada? Nós vamos resolver essas demandas de que jeito? Lá, cada um na sua casa? Não! Nós vamos resolver aqui. Então nós precisamos, sim, obedecer a protocolos rígidos, mas nós precisamos abrir essas comissões sob pena de muitos, muitos colegas deputados e deputadas pagarem um preço altíssimo já no ano que vem. Fica aqui, presidente, a minha reflexão. É uma reflexão que estou compartilhando com os demais colegas deputados e deputados; não é uma crítica a A, B ou C. É uma reflexão para que todos saibam que, para buscar a solução de problemas que batem às nossas portas, para realmente fazer jus ao nome de poder e voz do cidadão, nós temos que atender as pessoas, nós temos que receber as mensagens dessas pessoas, nós temos que ouvir essas pessoas, seja por e-mail, por telefone ou através das comissões. Por isso, presidente Carlos Henrique, V. Exa., que é um homem centrado, equilibrado, ajude-nos a compartilhar isso com a Mesa, com a Mesa da Assembleia. No ano passado, eu quase fui uma voz única e isolada. Neste momento, eu quero compartilhar a preocupação. Muitos dos senhores e das senhoras deputadas, quando retornarem no ano que vem ou enquanto ficarem em casa esperando passar a pandemia, pode ser que seja tarde, viu deputado

Carlos Henrique? Está aqui a nossa reflexão, a reflexão de quem está aqui há seis mandatos e que realmente quer buscar soluções do prefeito, do vereador, da liderança comunitária, de servidores públicos, da população de forma geral, que bate à nossa porta. Obrigado, presidente. Receba aqui a minha honrosa continência a V. Exa.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 775/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os valores recebidos do governo federal, de 2015 a 2018, referentes a programas federais de educação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 20 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 775/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.056/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em cópia do Ofício nº 001, de janeiro de 2018, que contém as recomendações do 2º Departamento de Polícia Civil à Circunscrição Regional de Trânsito de Contagem. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 22 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 1.933/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo atual de

poços tubulares existentes e em operação no Estado, em especial nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 22 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.162/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a instalação de patrulha doméstica no 65º Batalhão de Polícia Militar em Guanhães. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, salvo emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 22 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.162/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.163/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a instalação de patrulha doméstica no 58º Batalhão de Polícia Militar, em Coronel Fabriciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, salvo emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.163/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.164/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a instalação de patrulha doméstica na 85ª Companhia do 58º Batalhão da Polícia Militar, em Timóteo, com o objetivo de atender às ocorrências de violência doméstica na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, salvo emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.164/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.204/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade da instalação de patrulha doméstica no 5º Pelotão do 14º Batalhão da Polícia Militar em Santana do Paraíso e no 62º Batalhão da Polícia Militar em Caratinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, salvo emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.204/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.499/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas denúncias recebidas pela pasta, discriminando-se por unidade, data do ocorrido, pequeno resumo do fato e providências adotadas, desde 1º/1/2019 até a presente data, em relação a problemas no fornecimento da alimentação nas unidades dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Rosângela Reis (Pode) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.961/2020, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o contrato de concessão de trecho da BR-135 no entroncamento com a BR-040 até Montes Claros, especialmente quanto ao cumprimento da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe que toda concessão preste um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.513/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o posicionamento dessa secretaria em relação ao tratamento precoce da covid-19, principalmente diante do compartilhamento, pelo Ministério Público Federal de Goiás, da Nota Técnica 001/2021: “As evidências científicas acerca do atendimento integral das pessoas acometidas com o covid-19: o estado da arte atual, com ênfase no tratamento na fase inicial (replicação viral) da doença”, que encaminha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – pDoutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.570/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os motivos para o não cumprimento do art. 62, inciso XXIII, alínea “d”, da Constituição do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Carlos Pimenta (PDT) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha

(PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Osvaldo Lopes (PSD) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.570/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.580/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações, consubstanciadas em relatório, sobre os estudos realizados pela diretoria da empresa que demonstrem que equipes terceirizadas, ou subcontratadas por uma empresa terceirizada, prestam melhor serviço do que os atualmente prestados pela equipe da Gerência de Relacionamento com Clientes – RC/CL –, bem como na ata da reunião que decidiu pela extinção da equipe da RC/CL – Cemig Distribuição S/A e pela contratação de IBM, com a orientação de subcontratar uma empresa terceirizada para realizar as atividades que atualmente estão sob responsabilidade da RC/CL, e no contrato de prestação de serviços, apresentando-se os argumentos e as razões que orientaram a tomada de tais decisões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sargento Rodrigues (PTB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 6 de abril, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.759/2020, dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa durante o período de recesso parlamentar, de 19 de dezembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Júnior referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 28/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de outubro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab –, referente ao mês de outubro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/10/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Banzai Veículos e Peças Ltda., tendo como objeto a aquisição de veículos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 74/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto a aquisição, com instalação, configuração e integração de sistema de exibição e de edição em rede – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 62/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Seprol Comércio e Consultoria em Informática Ltda., tendo como objeto o fornecimento de pontos de acesso e licenças de software – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 81/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Seguros Sura S.A., tendo como objeto o seguro de vida para prestamistas do Fundhab – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo ata de registro de preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa, como órgão gerenciador, e a empresa Loja Elétrica Ltda., como beneficiária, tendo como objeto a aquisição de material para cabeamento estruturado, conforme especificações – parecer favorável à celebração da ARP 11/2020, oriunda do Pregão Eletrônico nº 61/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da ALMG, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio – parecer favorável à prorrogação excepcional, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa, nos termos do art. 12, II, da Deliberação nº 2.598/2014, ratifica o processo de inexigibilidade de licitação nº 1011014 207/2020, para contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, para prestação de serviços postais diversos, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº

21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de afastamento para o exercício de mandato eletivo de vereador, a partir de 1º de janeiro de 2021, ao servidor André Naves Alves, em conformidade com os termos do art. 26 da Constituição do Estado e do art. 176 da Deliberação nº 269/1983. A seguir, a Mesa opina favoravelmente às seguintes disposições de servidores para o Governo do Estado de Minas Gerais, com ônus para esta Casa Legislativa, pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Resolução nº 800/1967, combinada com as Deliberações nºs 363/1989, e 1.541/1998: Mila Batista Leite Corrêa da Costa, para continuar exercendo o cargo de Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Mateus Simões de Almeida, a fim de continuar exercendo o cargo de Secretário-Geral do Estado de Minas Gerais. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 78ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.758/2020, altera a Deliberação nº 2.699, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece critérios para o cálculo de diferenças apuradas em folha de pagamento de servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para cessão de espaço pela ALMG para instalação de serviço da Defensoria – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 1/2020, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 11/2020, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 7 de dezembro de 2004, a alienação, por meio de leilão, dos bens classificados como antieconômicos, respeitadas as vedações pertinentes ao período eleitoral. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº

2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Leistung Indústria, Comércio e Serviços de Sistemas de Energia Ltda., tendo como objeto o fornecimento com instalação e ativação de sistema ininterrupto de energia – UPS – *nobreak* – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 36/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000, instalado no Plenário da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Técnico da Secretaria-Geral Adjunta da Mesa, da Procuradoria-Geral, e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Belocopy Comércio de Equipamentos Reprográficos, tendo como objeto a locação de equipamentos gráficos, novos ou seminovos, para execução de cópia e impressão digital, incluindo contagem do número de cópias, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças e insumos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 58/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MOA Manutenção e Operação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Casa, conforme especificações técnicas – parecer favorável à revisão de preço contratual decorrente de celebração da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2020/2021 –, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-

se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antônio Carlos Arantes processo contendo Ofício nº 535/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Piunhi, em que encaminha o Decreto nº 4.746/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Resolução nº 108/2020, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagens relativas aos meses de janeiro, fevereiro, março, agosto e setembro/2020 ao deputado João Vitor Xavier, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de setembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de setembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/9/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.760/2020, a Mesa dispõe sobre os órgãos de deliberação coletiva da Secretaria da Assembleia Legislativa, vinculados à Diretoria-Geral. Dando prosseguimento, por meio da Deliberação nº 2.761/2020, a Mesa dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência do servidor lotado em órgão previsto nos incisos II a V do *caput* do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Fundação João Pinheiro, tendo como objeto a prestação de serviço de revisão do planejamento estratégico da ALMG – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inc. XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Coordenação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Agostinho Patrus referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, o servidor Jayme Silva Electo de Queiroz, ocupante do cargo efetivo de técnico de

apoio legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/12/2020, o servidor Mário Luiz Alves dos Santos, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 28 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/12/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de novembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab –, referente ao mês de novembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/11/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos – parecer favorável à celebração do Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos nº 9912249224, por inexigibilidade de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de janeiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 6/4/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.035/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo referente à qualidade do ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas possíveis anomalias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.847/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atual situação do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado e qual a previsão de destinação de recursos para sua manutenção. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.023/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o planejamento das obras de captação de água do Rio Jequitinhonha para abastecimento humano, urbano e rural, nos Municípios de Cachoeira do Pajeú, Divisa Alegre, Pedra Azul e adjacências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.141/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o processo licitatório para pavimentação do trecho da Rodovia MG-295 que liga os Municípios de Consolação e Cambuí e dá acesso à Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.149/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas em planilha contendo os gastos de cada instituição com atendimentos a acidentes automobilísticos, realizados nas rodovias federais que cortam o Estado, apontando-se, entre outros, os gastos com pessoal (hora do servidor público), combustível e

manutenção de viaturas policiais de duas e quatro rodas, ambulâncias e aeronaves. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.271/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a legalidade e a possibilidade de cessão de captação e utilização das águas do Parque Estadual de Ibitipoca aos moradores do Distrito de Ibitipoca, onde se localiza a entrada do referido parque. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.310/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação nº 11.065, firmado com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae-MG –, acompanhado de cópias integrais dos documentos a que se refere, informando seu objeto detalhado, valor total, valor executado, justificativa para a contratação, processo interno, prazo de execução, termos aditivos porventura firmados, público selecionado para o atendimento e forma de seleção. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.604/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o contrato com o Serviço Social da Indústria – Sesi – para fornecimento de almoço para os 13 diretores da Cemig, 6 secretárias executivas e 1 assessora da Diretoria Jurídica, incluindo-se no detalhamento o objeto do contrato, a duração, o valor, a modalidade da contratação, sua justificativa e fundamentação jurídica, entre outros elementos que compõem o contrato. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 24/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.745, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Núbia Roberta Dias, diretora estadual do Sind-Saúde-MG e secretária executiva da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, e o Sr. Gustavo Ribeiro Bedran, presidente da Associação dos Especialistas em Políticas e Gestão de Saúde do Estado de Minas Gerais – AEPGS – para prestarem esclarecimentos sobre a implementação, pela Secretaria de Estado de Saúde, do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19, em especial acerca dos critérios estabelecidos para a definição dos grupos prioritários para a aplicação da vacina.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2021.

João Vitor Xavier, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/4/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Débora Marques Tavares, superintendente regional de Saúde de Belo Horizonte, para prestar depoimento perante a comissão na condição de testemunha.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2021.

João Vitor Xavier, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.261/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria dos deputados Sávio Souza Cruz, Professor Cleiton e João Vitor Xavier, a proposição em epígrafe solicita à Presidência da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o cálculo do retorno do investimento feito desde que foi comprada a participação da Light até o dia em que foi vendida, especificando o fluxo de dinheiro em valores atualizados.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 4/2/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o cálculo do retorno do investimento feito desde que foi comprada a participação da Light até o dia em que foi vendida, especificando o fluxo de dinheiro em valores atualizados

Infere-se do art. 2º da Constituição da República não apenas a independência funcional atribuída a cada um dos Poderes do Estado como também a interdependência entre eles, com o objetivo de instituir um sistema de freios e contrapesos, por meio do qual é estabelecido mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, com o escopo de promover o equilíbrio constitucional, tornando-os harmônicos e inter-relacionados.

Com essa finalidade, foram instituídos mecanismos de controle entre os Poderes, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento, desde os primórdios de sua criação, a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo, sob as formas, principalmente, de autorização, aprovação, apreciação e suspensão. O art. 49 da Constituição da República e o art. 62 da Constituição Mineira tratam das competências administrativas de natureza exclusiva e privativa do Legislativo, nas esferas correspondentes, relacionadas ao exercício do controle dos atos estatais.

No exercício do poder constituinte decorrente, o Constituinte Mineiro assegurou ao Poder Legislativo mecanismos de controle dos atos do poder público, atribuindo-lhe poder fiscalizatório, especialmente em relação aos atos de competência do Poder

Executivo. Destaca-se, nesse ponto, o inciso XXXI do art. 62 da Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como instrumento desse poder fiscalizatório, a Carta Política Mineira instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações. Com efeito, a prestação pessoal de informações, em consonância com o *caput* do art. 50 da Constituição da República, encontra-se regulada no § 4º do art. 54 da Carta Mineira, segundo o qual a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54, ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições.

Por outro lado, os §§ 2º e 3º do art. 54 atribuem à Mesa da Assembleia a possibilidade de realização de pedido escrito de informações: o primeiro assegura a possibilidade de encaminhamento do pedido a secretário de Estado; o segundo prevê que a Mesa poderá encaminhar o pedido “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Dessa maneira, o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Estadual deve ser interpretado de modo a considerar a expressão “outras autoridades estaduais” no contexto do *caput* do artigo, de forma a complementar o conteúdo da norma nele enunciada. Com o objetivo de manter a coerência com o enunciado no *caput* do artigo, o significado da expressão em referência não pode ser outro senão o da possibilidade de a Mesa da Assembleia Legislativa encaminhar pedido de informação a outras autoridades que integrem a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Do exposto, considerando que o requerimento em questão se dirige a dirigente de entidade da administração indireta, concluímos por sua adequação ao art. 54 da Constituição Mineira, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019.

Conclusão

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.261/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.269/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, os deputados Professor Cleiton, Sávio de Souza Cruz e João Vitor Xavier solicitam à Presidência da Assembleia que seja encaminhado ao assessor especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre divulgação feita por ele em uma rede social, em que disse: “Concluímos agora a liquidação da operação de descentralização integral da Light”. No contexto de tal afirmação, requerem-se informações sobre o total do retorno financeiro aos cofres da Cemig, computando-se o que foi efetivamente investido e o que foi recuperado com a saída do controle da Light, esclarecendo se as operações realizadas não geraram prejuízos aos cofres públicos ou se a expressão “liquidação” corresponde, ao que parece, à entrega de ativos a preços abaixo do mercado, com prejuízos aos cofres públicos.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 4/2/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O art. 46, inciso III, do Regimento Interno desta Casa assegura ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia Legislativa, pedido escrito de informação a autoridades públicas.

Nos termos do art. 79, inciso VIII, alínea “c”, também do Regimento Interno, compete à Mesa da Assembleia, privativamente, emitir parecer sobre os requerimentos de pedido de informações, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

O pedido de informações possui previsão na Constituição Estadual em seu art. 54, tratando-se de um dos instrumentos disponíveis ao órgão legislativo estadual para o exercício da sua competência de fiscalização e controle, *in verbis*:

“Art. 54 – (...)

§ 2º – A Mesa da Assembleia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

§ 3º – A Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

A competência fiscalizatória do Poder Legislativo restou delimitada pelo art. 62, inciso XXXI, da Constituição Estadual, o qual conferiu à Assembleia Legislativa a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

A proposição ampara-se ainda no inciso X do art. 49 da Constituição da República, que estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, os quais, em simetria, atribuem ao Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado.

Quanto ao conteúdo do requerimento, destacamos que o comando do art. 54 da Constituição do Estado de Minas Gerais delimita que as autoridades sujeitas ao controle do Poder Legislativo são as autoridades e dirigentes subordinadas ao governador do Estado, ou seja, autoridades pertencentes ao Poder Executivo.

Desse modo, entendemos que o pedido de informações em análise deve ser endereçado diretamente à autoridade subordinada ao governador do Estado, ou seja, a autoridade pertencente ao Poder Executivo, que seria, no caso, o secretário de Estado titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Feita essa ressalva, entendemos pela legalidade e pertinência do pedido de informação com a função fiscalizatória do Poder Legislativo, uma vez que recai sobre a atividade administrativa do Poder Executivo, justificando-se o interesse público na fiscalização da sua execução, com o fim de se apurar eventual irregularidade.

Destaque-se que, nos termos do § 2º do art. 54 da Carta Mineira anteriormente transcrito, há autorização para que a Mesa da Assembleia, em situações como a ora apresentada, encaminhe pedido de informação a secretário de Estado, determinando ainda que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

Diante do que foi exposto, entendemos inexistir óbice jurídico à aprovação da proposição em exame nos termos do Substitutivo nº 1 que a seguir apresentamos, tendo em vista que a pretensão possui pertinência com o exercício das atribuições de fiscalização e controle dos atos administrativos do Poder Executivo previstas constitucionalmente para o Poder Legislativo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.269/2021 na forma do Substitutivo nº 1, ora apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os deputados Professor Cleiton, Sávio de Souza Cruz e João Vítor Xavier requerem a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de informações relacionadas à afirmação do assessor especial dessa secretaria que disse: “Concluimos agora a liquidação da operação de descentralização integral da Light”. No contexto de tal afirmação, requerem-se informações sobre o total do retorno financeiro aos cofres da Cemig, computando-se o que foi efetivamente investido e o que foi recuperado com a saída do controle da Light, esclarecendo se as operações realizadas não geraram prejuízos aos cofres públicos ou se a expressão “liquidação” corresponde, ao que parece, à entrega de ativos a preços abaixo do mercado, com prejuízos aos cofres públicos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 31/3/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Silene Soares Justino da Silva, ocorrido em 30/3/2021, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 31/3/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Roberto Rogedo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

exonerando Helder Fernandes Silva, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Douglas Isaias Cardoso, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

nomeando Fábio de Paiva Gardoni, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

nomeando Filipe Figueiredo Martins Costa, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Mariza de Souza Abreu, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude;

nomeando Mateus Carlos da Silva Braga, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Ronaldo Ferreira de Moraes, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Vanderlei Sérvulo de Araújo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2021, na pág. 2, onde se lê:

“Marcela Inês Gonçalves”, leia-se:

“Marcela Inês Gonçalves da Silva”.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 176/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/4/2021, na pág. 67, no subtítulo, onde se lê:

“Pregão Eletrônico nº 1/2020”, leia-se:

“Concorrência nº 1/2020”.